

Alternativas na educação

Para os pais que ainda insistem em matricular seus filhos em escolas privadas, cada início de ano letivo é especialmente difícil. Não é apenas a hora da matrícula um custoso exercício de racionalidade econômica; é o instante em que se toma a decisão de manter, ou não, a opção de educar *na diferença*, na escola e no projeto pedagógico mais adequado ao tipo de futuro que cada um deseja para seus filhos. É esse direito de educar *na diferença* que está cada vez mais difícil de ser exercitado. Tomando-se como referência qualquer dos muitos índices com que é medida a inflação brasileira, nenhum deles consegue superar o aumento das mensalidades escolares acumulado nos dois primeiros meses de 1993.

Há anos essa situação é a mesma. Em julho de 1992, a Fipe registrou: no decorrer de um ano as mensalidades escolares haviam subido mais do que o custo de vida acumulado no período. Ou seja, 922,36% contra o índice médio de 822,19%. Em dez anos, a diferença é maior, segundo a Fipe, porque os gastos com Educação cresceram no pe-

ríodo 16,16304 milhões de vezes, enquanto a variação acumulada do IPC nos mesmos dez anos foi de 6,16985 milhões de vezes!

Ao pai que optou pela escola privada cabe um único recurso, uma séria investigação sobre a relação custo-benefício do investimento que faz. Pesquisa com apoio do Banco Mundial mostrou, em 1991, que a ineficiência do ensino público ou privado é praticamente a mesma, excluídas as "ilhas de excelência" de um ou de outro. Como a mensalidade andou na frente da inflação, será que a escalada dos preços em muitas escolas acompanhou a busca de qualidade?

A sociedade brasileira está vacinada contra a mágica do congelamento. Sabe que essa não é a solução. Nunca. A maneira de enfrentar o eventual abuso de quem inviabiliza a educação *na diferença* é começar criando alternativas para que se exercite esse direito. Exigir um ensino público exemplar (que, antes de tudo, seja modelo comparativo) é a primeira dessas alternativas de freio, natural, para possíveis ambições desmedidas.

ESTADO DE SÃO PAULO

30 MAR 1993